

Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil

Mariana Reis¹

Resumo:

O presente artigo busca discutir, por meio de uma abordagem descritiva e exploratória, o atual jornalismo independente no Brasil, a partir de suas práticas discursivas e em rede. Lida-se com a possibilidade de que apareçam aí discursos de resistência em relação à mídia tradicional, possibilitando, ainda, um posicionamento diferenciado sobre questões raciais, políticas, culturais, sociais e de gênero. Aponta-se que, assim como o jornalismo convencional, o jornalismo independente também está em transição, inclusive no tocante ao discurso.

Palavras-chave: Práticas discursivas. Resistência. Jornalismo Independente. Rede.

Abstract:

This article discusses, through a descriptive and exploratory approach, the current independent journalism in Brazil, from its discursive practices and networking. It Deals with the possibility that discourses of resistance may appear related to traditional media, allowing also a different position on racial, political, cultural, social and gender issues. It points out that, as seen in conventional journalism, independent journalism is also in transition, including on its speech.

Keywords: Discursive practices. Resistance. Independent Journalism. Network.

Artigo recebido em: 25/09/2016

Aceito em: 09/12/2016

¹ Doutoranda em Comunicação (UFPE), Mestra em Políticas e Estratégias de Comunicação (UFRPE) e Jornalista (UFPE). E-mail: umamarireis@gmail.com.

Introdução

A trajetória do jornalismo independente, no Brasil, não começa de hoje. Desde o tardio surgimento oficial da imprensa escrita no Brasil, no século 19, esse tipo de jornalismo está presente nos mais diferentes contextos políticos, e é definido, em geral, por ser um jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional (LIMA, 2013).

Dos jornais humorísticos impressos dos anos 1930, como *A Manhã*, passando pelas revistas *Pasquim* e *Realidade*, no período da ditadura militar, foram muitas as mudanças de um jornalismo que pretende “contar o seu tempo” e acompanhar as transformações tanto de linguagem quanto das próprias práticas, a partir de um contraponto aos tradicionais veículos midiáticos.

De lá para cá, foram muitas as mudanças. Nas últimas décadas, o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) vem transformando as práticas jornalísticas convencionais, desde a linguagem até as possibilidades de participação dos diversos públicos. Pode-se dizer que, tal como o jornalismo tradicional, o jornalismo independente de hoje também está em transição. A partir da Internet, especificamente por meio das redes sociais, decerto se torna mais simples fazer um trabalho jornalístico não-convencional, desde a produção até a circulação e o alcance.

Essa afirmativa pode ser exemplificada a partir das manifestações de junho de 2013, quando as mobilizações nas ruas de todo o Brasil passaram a ser transmitidas pelo Coletivo *Mídia Ninja*, a partir de vídeos disponibilizados no Facebook e no YouTube e que logo ganharam projeção nacional, a ponto de tais conteúdos serem veiculados pela mídia tradicional (LIMA, 2013).

Assim, nos tempos atuais, crescem em profusão o número de blogs, veículos e grupos de mídia independente cuja produção passamos a ter acesso, especialmente a partir do segundo decênio deste século. Aproximações e divergências à parte, para fins desta investigação inicial, identificamos enquanto *jornalismo independente* cinco periódicos nacionais – sendo quatro revistas e um jornal – que já atuam, ao longo de 20, 14 ou 12 anos, nos formatos impresso e digital, além de trabalharem também com produção de conteúdo nas redes sociais (*Youtube, Facebook, Twitter*). São eles: *CartaCapital, Fórum, Caros Amigos, Carta Maior* e *Brasil de Fato*.

Tais publicações foram assim identificadas por não estarem vinculadas a nenhuma grande empresa de comunicação e por conterem, em suas próprias apresentações institucionais, como veremos a seguir, referências a um fazer jornalístico diferenciado em relação aos demais veículos no mercado. Isso também pode ser observado num olhar superficial sobre a escolha das pautas e, conseqüentemente, produção de conteúdo das mesmas.

A revista *Caros Amigos* – pioneira desse aqui chamado jornalismo independente contemporâneo –, mantém edições mensais impressas desde 1997, ano em que surgiu, e também versão digital de seu conteúdo. De acordo com informações extraídas de seu site:

O projeto da *Caros Amigos* começou com um grupo de amigos, que incluía jornalistas, publicitários, profissionais liberais, profissionais da comunicação (...). Eles discutiam como criar **um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante. Buscavam um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista.** (...) Com esse objetivo, a revista *Caros Amigos* foi lançada em abril de 1997 (...). A revista cresceu, incorporou vários articulistas e jornalistas e se tornou **referência de publicação contra-hegemônica, alternativa e de reflexão crítica do pensamento neoliberal** (...). A revista procura praticar um **jornalismo independente, crítico e comprometido com a transformação da sociedade brasileira**² (CAROS AMIGOS, 2016).

Já a revista *CartaCapital*, criada em 1994, por Mino Carta (mesmo fundador das revistas *Veja* e *IstoÉ*), surgiu como revista mensal, depois se tornou quinzenal e, desde 2001, passou a ser impressa semanalmente. A revista se define da seguinte maneira:

Alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira e presente em todas as plataformas digitais, *CartaCapital* nasceu calçada no **tripé do bom jornalismo, aquele baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste** (...) a semanal respeita a inteligência do seu leitor e tem orgulho de **afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos.** *CartaCapital* está na internet desde 1999, mas em 2013 nossa história recomeçou (...). No ano em que o País foi sacudido pelas maiores manifestações de rua de sua história, o conteúdo online de *CartaCapital* firmou-se como peça central para entender e discutir este novo cenário e seus desafios (...). Na internet, seguimos firmes na **linha editorial progressista e transparente** que consagrou a revista, **de olho na sensível questão dos direitos humanos e abrindo espaços para causas nem sempre contempladas pela imprensa brasileira**³ (CARTACAPITAL, 2016).

Surgidas no esteio da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, em Porto Alegre, publicações como *Carta Maior* e *Fórum* se apresentam como porta-vozes das lutas dos movimentos representados no FSM, dentre eles, movimentos ligados a camponeses, mulheres e indígenas.

Sobre a *Carta Maior*, trata-se de uma publicação eletrônica multimídia cujo compromisso editorial:

(...) é **contribuir para desenvolver um sistema de mídia democrática no Brasil e, de modo mais amplo, trabalhar pela democratização do Estado brasileiro, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária.** De 2001 para cá, a *Carta Maior* conquistou o respeito não apenas do público leitor, dos movimentos sociais, da comunidade acadêmica, de importantes setores da política e de governos nacionais e dos profissionais da área (inclusive da grande imprensa), mas se tornou uma **referência obrigatória de cobertura e análise jornalística crítica de fatos e movimentos ignorados ou distorcidos pela chamada grande mídia. Especializada em temas como direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos so-**

2 Grifos nossos.

3 Grifos nossos.

ciais (...), temos a convicção de que a tarefa de **democratização da mídia** não pode se restringir à esfera nacional⁴. (CARTA MAIOR, 2016).

Nascida no mesmo ano e inspirada no Fórum Social Mundial, a *Fórum* foi lançada com a cobertura do primeiro evento, realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre (RS). Circulou como revista mensal, impressa, até dezembro de 2013, com circulação de 20 a 25 mil exemplares por mês e venda em bancas. Desde janeiro de 2014, a revista passou a ser exclusivamente digital. De acordo com dados do seu portal:

“(...) A revista traz no seu DNA a **força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor**. O Portal Fórum traz, diariamente, **matérias, reportagens e entrevistas que buscam uma visão de mundo diferente da presente nos grandes meios de comunicação tradicionais**. Todas as sextas-feiras, há uma edição da semana com matérias exclusivas para assinantes neste link: revistaforum.com.br/digital. Na terça, todo conteúdo é liberado. (...) Os assinantes contribuem para o **jornalismo independente**⁵. (FORUM, 2016).

Figura 1 - Arte sobre capas da versão impressa da Revista Fórum.



Fonte: Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>.

Outro periódico que também surge em meio ao Fórum Social Mundial, mas na 2ª edição do Fórum, em 2003, é o *Brasil de Fato*, ligado ao Movimento Sem Terra (MST). Sobre ele, temos que:

O *Brasil de Fato* é um site de notícias, um semanário nacional e também possui jornais tablóides em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (...) O primeiro veículo da rede *Brasil de Fato* foi o semanário nacional, lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2003. Logo depois, foi lançado o site do *Brasil de Fato*, com **coberturas das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo**. Os jornais tablóides surgiram a partir de maio de 2013 para aproximar o leitor e dialogar com as realidades locais (...). **Por entender que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais criaram o *Brasil de Fato*, para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país**⁶ (BRASIL DE FATO, 2016).

4 Grifos nossos.
5 Grifos nossos.
6 Grifos nossos.

Em comum, além da contemporaneidade e relativamente mesmo tempo de circulação (todas com mais de uma década de atuação), pode-se perceber que tais publicações trazem a independência editorial como um de seus princípios norteadores. Contam, ainda, com relativa autonomia financeira, escolhendo, em relação a verbas publicitárias, que tipo de financiamento público ou privado receberão. O apoio de pessoas físicas também é possível nesses veículos, a partir de doações, cujo procedimento é explicitado já na página principal de seus sites.

Outro fator que as une é que as publicações mencionadas mantêm profissionais de comunicação como seus principais articulistas e redatores. São esses sujeitos que falam *pelos* e *para* os movimentos sociais. Assim, é preciso destacar que se trata de um jornalismo feito por jornalistas, por profissionais que estudaram e se especializaram na academia e não uma comunicação realizada por não-comunicadores, oriundos dos próprios movimentos sociais.

A Perspectiva Teórico-Methodológica

Nossa opção teórica, em relação às teorias do jornalismo, parte da concepção da notícia como construção social da realidade e a compreensão do papel do jornalista não apenas enquanto um técnico, mas como um mediador, que atua para a reflexão e análise da mesma (TRAQUINA, 2005).

De acordo com Lima (2009):

Há ainda que se registrar que os estudos sobre linguagem, a sociologia do jornalismo e sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o enquadramento (*framing*) e o agendamento (*agenda setting*), apesar de diferenças significativas, revelam que a prática do jornalismo profissional ocorre no contexto de uma subcultura própria; de rotinas produtivas que se transformam em normas; e de interferências editoriais – explícitas ou não – que tornam sem sentido qualquer pretensão à existência do mito da objetividade jornalística ou de uma prática jornalística neutra e isenta. (LIMA, 2009).

Sabe-se também que o próprio webjornalismo conta com suas especificidades de linguagem e de formato, apresentando limites e possibilidades para a concepção de um novo jornalismo, o que permite a Correia (2003, p. 68) problematizar: “que configurações poderá ter o jornalismo na Web, que lhe permita continuar a ser considerado jornalismo (...) apesar da informação em velocidade exponencial (...) inundando o potencial consumidor com dados cuja hierarquia de importância e cujo critério de escolha desapareceram?”. E indica como uma das saídas possíveis a retomada de aspectos do *jornalismo de causas*, do *jornalismo opinativo* e do *jornalismo cívico* (CORREIA, 2003, p. 69).

De fato, o que é inegável é que a midiaticização da esfera pública adquire novos contornos a partir da Web. Teóricos como Esteves (2007) argumentam que a Internet pode contribuir consideravelmente para a democracia deliberativa dos tempos atuais,

na medida em que as redes da informação e comunicação atuam para a constituição de um espaço público ativo, animando debates e incentivando a participação social.

Na perspectiva do agir comunicativo como ato político, e não meramente semântico, justifica-se, aqui, a importância do jornalismo independente para midiaticizar a esfera pública e garantir uma participação política na mesma. Ao mesmo tempo em que se evidencia a periferia da esfera pública na constituição de um poder comunicativo, não se pode perder de vista a função da responsabilidade jornalística nem desconsiderar a percepção do próprio jornalista enquanto possível agente de mudança (HABERMAS, 1997).

Parte-se do pressuposto de que a representação social não é feita pelo jornalista em si, mas pelos grupos midiáticos, muito embora o profissional possa ocupar brechas e expandir os limites da lógica empresarial. Ao mesmo tempo em que se compreende a mídia como espaço simbólico de construção de sentidos – especialmente por causa do reconhecimento pelas galerias de opinião pública –, sabe-se que o significado só se concretiza na recepção, a partir da intersubjetividade dos sujeitos e da constituição de sentidos sociais através do embate dos sentidos discursivos (HABERMAS, 1997).

Sobre a comunicação em tempos de sociedade em rede, Castells (2000, p. 444) explica que “tanto as comunidades de grupo quanto as comunidades pessoais funcionam tanto on-line quanto off-line. As comunidades substituem as redes sociais, com as comunidades locais sendo uma das muitas opções possíveis para a criação e a manutenção de redes sociais, e a Internet oferece mais uma dessas alternativas”.

Quanto aos estudos sobre discurso em si, opta-se por uma abordagem da análise crítica do discurso, na verdade, referendando-se mais às contribuições de Gramsci para os teóricos dos estudos críticos do discurso (ECD), que viriam a posteriori, como Van Dijk e Fairclough, entre outros. Na contribuição gramsciana sobre a análise do discurso, trabalha-se com os conceitos de *hegemonia* – para a *mídia tradicional*, ou *hegemônica*, que é legitimada pela maioria, por consenso, sobrepujando-se numa relação de poder – e de *contra-hegemonia* – para a *mídia alternativa* ou, de como preferimos nomear neste estudo específico, do *jornalismo independente* (OLIVEIRA, 2013).

A análise crítica do discurso é percebida, então, como teoria e metodologia que pode permitir evidenciar as relações de poder entre essas duas categorias de discurso jornalístico (jornalismo tradicional x jornalismo independente), e o embate de sentidos. Também cabe o entendimento de que o jornalismo independente (*contra-hegemônico*) possa contribuir para “dar voz às minorias silenciadas”, contribuindo para a “transformação da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p. 43).

Jornalismo Independente no Brasil: o lugar de fala

O acesso à comunicação no País é um direito estabelecido pela Constituição Federal, em seu Artigo 5º. Além disso, o serviço de radiodifusão, no País, depende

de concessões públicas para veicular seus conteúdos. Nenhum desses argumentos, entretanto, garante a representação social das camadas populares nesses veículos, pois o discurso midiático muitas vezes é construído de modo a negar os movimentos populares como sujeitos históricos. Seja nos meios impressos, digitais, de televisão ou de rádio, coberturas jornalísticas descontextualizadas, abordagens estereotipadas e supressão da agenda de luta por direitos demonstram que a atuação da mídia predominante não contempla a multiplicidade de vozes que compõem a sociedade contemporânea.

A partir do século 21 e, mais precisamente, a partir das redes sociais, muito se defende que, agora, as camadas populares podem *ser vistas e se sentirem reconhecidas* via Internet, especialmente a partir das redes sociais, não havendo mais necessidade da regulação do setor e de se ocupar espaços da mídia tradicional (impressa, televisiva, radiofônica).

Entretanto, para alguns teóricos, como Venício Lima (2013), essa argumentação pode ser invalidada porque a atuação nessa mídia não-tradicional, incluindo os possibilitados pelas redes sociais, embora caracterizem um necessário instrumento de visibilização dos movimentos, não consegue interferir com tanta veemência na dinâmica da proposição de políticas públicas imprescindíveis para a manutenção do Estado democrático – em especial, as políticas públicas de comunicação. Para o autor, “a centralidade da velha mídia é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto” (LIMA, 2013, p. 89).

Ao mesmo tempo, como esse tipo de comunicação atinge um público segmentado, restrito, alguns setores da sociedade seguem numa “crise de representação” (LIMA, 2013), com pouca – ou até nenhuma – representação pela mídia de massa. Como tal, pode-se dizer que são pouco *vistos* e *ouvidos* pela sociedade em geral que, por sua vez, não legitima os processos sociopolíticos nos quais esses atores sociais estão envolvidos.

Alguns canais diretos de participação de segmentos comunitários e/ou regionais em veículos de comunicação já foram estabelecidos pela lei brasileira. Destacam-se, dentre elas, a Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), que regulamenta a TV a Cabo no Brasil e estabeleceu a obrigatoriedade da criação de TVs comunitárias em todo o território nacional; e a Lei 9.612/98, que regulamenta o funcionamento das rádios comunitárias. No entanto, são muitos os fatores que dificultam se conseguir uma licença de funcionamento e manter uma programação no ar.

Outro fator a ser considerado é que, de modo geral, a comunicação desenvolvida por grupos populares costuma ser vista como de menor importância no contexto das políticas de comunicação. Assim, o debate acerca desse tipo de comunicação se restringe a espaços específicos, como fóruns e coletivos, em níveis estaduais ou nacional. A comunicação dos movimentos sociais também foi pouco contemplada

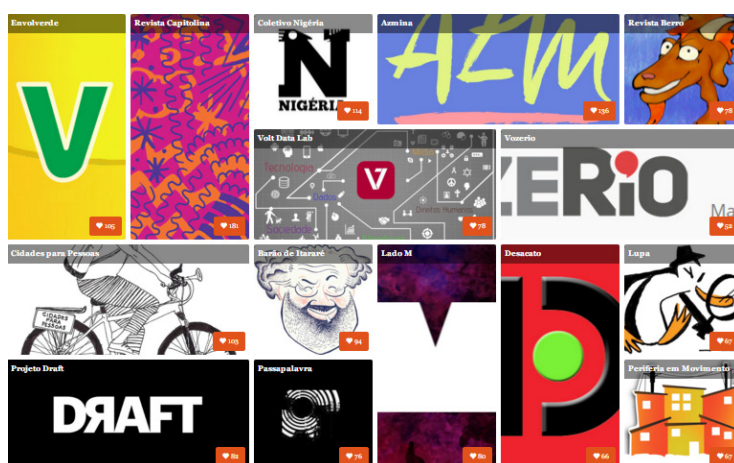
durante a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, embora as comunidades tenham sido incentivadas a participar das conferências municipais e estaduais (REBOUÇAS, 2010).

Assim, uma hipótese é de que o jornalismo independente realizado por profissionais de comunicação pode ser apontado como mais um dos caminhos possíveis para visibilizar as lutas dos movimentos populares da atualidade. Mas de que forma esse tipo de jornalismo praticado por profissionais de redação voltados às causas dos movimentos sociais e de direitos humanos, de fato, dá voz a esses movimentos? Que discurso é produzido sobre grupos sociais historicamente marginalizados como negros, indígenas, trabalhadores rurais, população LGBTQT, entre outros? Essas são algumas questões que nos inquietam e que movem os primeiros passos desta investigação⁷.

As possibilidades do jornalismo independente em rede

Outro dado interessante e que deve ser ressaltado é o mapeamento realizado pela Agência Pública, já em 2016, que identifica e descreve 70 grupos de jornalismo independente no Brasil, nascidos na última década e já “em rede”, que se sustentam a partir de fontes alternativas de financiamento, como financiamento coletivo, apoio de fundações internacionais e editais, sendo projetos coletivos realizados em rede por profissionais que não estão ligados a nenhuma empresa, organização ou grupo político específico, o que caracterizaria a independência editorial (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Figura 2 - Mapa do Jornalismo Independente no Brasil.



Fonte: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo>.

São vários os coletivos e/ou agências que atuam de forma colaborativa ou em rede, veiculando predominantemente suas produções na Internet, apropriando-se das mídias digitais e elegendo a reportagem como gênero jornalístico a ser eviden-

⁷ A discussão proposta por este artigo compõe a pesquisa de doutoramento da autora, iniciada em 2016, com apoio da agência de fomento CAPES. O projeto visa investigar práticas do jornalismo independente contemporâneo no Brasil, no contexto digital.

ciado. Um deles, por exemplo, é a Rede *Jornalistas Livres*.

Criado em março de 2015, a Rede *Jornalistas Livres* engloba diversos coletivos de comunicação em todo o Brasil, mais precisamente, grupos atuantes no eixo Sul/Sudeste. Entre esses coletivos, estão, por exemplo, o já citado *Mídia Ninja* e o *Centro de Estudos da Mídia Independente Barão do Itararé* que é, por si só, também um coletivo de coletivos, agregando grupos de comunicação independente de 21 estados do País.

Em seu manifesto, os *Jornalistas Livres* defendem “a colaboração entre todos os comunicadores que defendem e lutam pela ampliação da democracia brasileira, bem como dos direitos humanos e sociais conquistados a duras penas pelas camadas mais vulneráveis da população”. Ainda de acordo com o mesmo documento:

Usamos as redes sociais, não somos remunerados, atuamos única e exclusivamente em nome da paixão que nutrimos pelo jornalismo e seu gênero mais nobre, a reportagem. Entre nós, coletivos de mídia livre, artistas, jornalistas avulsos, repórteres, editores, fotógrafos e cinegrafistas, não pode existir a competição. Sabemos que, juntos, compartilhando uns aos outros, podemos chegar mais longe, atingir públicos mais amplos, levando informações honestas e de qualidade. Queremos incluir as vozes, os sotaques, os modos de expressão, as histórias de vida, as alegrias e os lamentos de toda a imensa variedade de formas de vida e sociabilidade humana que se encontram neste país. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

A própria *Agência Pública* atua com um site e redes sociais e define como sua missão, na sua página na Web, a produção de grandes reportagens “pautadas pelo interesse público, visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”, apostando num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência. Ainda segundo a própria agência, que atua desde 2010, as reportagens realizadas se baseiam numa “rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos”. Além de produzir, a *Agência Pública* atua na promoção do jornalismo investigativo independente, com apoio a partir de bolsas de reportagem e incubação de novos projetos de jornalismo independente. Todas as reportagens “são livremente reproduzidas por uma rede de mais de 60 veículos, sob a licença *creative commons*”.

A possibilidade de uma produção e de um escoamento colaborativo pode corroborar o surgimento de possíveis novas narrativas, permeadas pelas tecnologias digitais, e elaboradas a partir de perspectivas diferenciadas da mídia tradicional, ou hegemônica, a partir do conceito gramsciano.

Vale ressaltar que o Brasil não é pioneiro nesse tipo de produção jornalística. Mesmo no contexto latino-americano, conta-se também com a experiência da Rede ALiados, envolvendo dez veículos digitais de jornalismo independente da região que já atuavam em seus países de origem, com diferentes perfis. Estão associados os seguintes grupos: *Agência Pública* (Brasil), *Animal Político* (México), *CIPER* (Chile), *Confidencial* (Nicarágua), *El Faro* (El Salvador), *El Puercoespín* (Argentina), *IDL-Reporteros* (Peru), *La SillaVacía* (Colômbia), *Plaza Pública* (Guatemala) e *The Clinic* (Chile). Especificidades à parte, tais veículos têm diretrizes em comum, conforme assinam em seu manifesto de fundação, a Declaração de Al Maitén: “qualidade profissional, transparência de procedimentos,

independência de poderes políticos e econômicos e a precisão factual com que informam sobre realidades da América Latina e do mundo de uma forma que não fazem os veículos tradicionais da região” (BLOG JORNALISMO NAS AMÉRICAS, 2016).

Considerações Finais

Mais do que conclusões propriamente ditas, o que nos é possível aventar, no caminho traçado até aqui, são algumas indicações do que se pode avançar na pesquisa em si e em trabalhos posteriores. Em primeiro lugar, aponta-se que, assim como o jornalismo tradicional, o jornalismo independente deste século 21 encontra-se em transição. Como dito anteriormente, o advento das mídias digitais vem transformando as práticas jornalísticas em geral, desde a linguagem até as possibilidades de participação dos diversos públicos.

Com a popularização da Internet, e mais particularmente por meio das mídias digitais, torna-se mais simples e mais barato fazer um trabalho jornalístico não-convencional, desde a produção até a circulação e o alcance. Na busca dessa reinvenção, muitos veículos, tradicionais e independentes, têm migrado para conteúdos exclusivamente para web – como dois dos veículos relatados – *Revista Fórum* e *Jornal Brasil de Fato*, este último, na sua versão nacional (os regionais ainda circulam como impresso).

Já especificamente sobre a abordagem dos movimentos sociais na mídia independente, é preciso esclarecer que também a própria concepção de movimentos sociais, hoje, sofre mudanças. Nas palavras de Gohn (2007;2014), uma das principais características dos novos movimentos sociais é a compartimentalização das reivindicações. Se antes, basicamente, as principais diferenças se encontravam entre movimentos do campo e da cidade, desde a década de 1990, as pautas são múltiplas: o movimento ecológico, assim,

atua na complexidade relação entre campo e cidade. O desafio para o jornalismo independente contemporâneo, então, constitui-se em cobrir/reportar/narrar as especificidades de cada grupo social, sem perder de vista a causa comum.

Nota-se, também, já uma certa distinção entre o jornalismo independente praticado na virada do século 21 – no limite entre impresso e web – e o desta última década, nascido em rede, na web. Essas plataformas digitais, possibilitariam, talvez, a emergência de múltiplas vozes, que se justapõem em disputas discursivas.

Além disso, no aprofundamento da pesquisa, talvez se possa observar o surgimento, nesse tipo de jornalismo, de discursos de *resistência* desses veículos em relação aos discursos em circulação nas mídias tradicionais, com uma possível troca de lugar de fala entre os sujeitos, conferindo empoderamento ao enunciador, ou seja um discurso na *contracorrente*, *contra-hegemônico*, no dizer gramsciano. Essas são, enfim, algumas provocações que passam a nortear esta pesquisa, ainda em andamento.

Referências:

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 30 de junho de 2016.

BLOG JORNALISMO NAS AMÉRICAS. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

BRASIL DE FATO. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>. Acesso em 30 de junho de 2016.

CARTACAPITAL. **CartaCapital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>. Acesso em 30 de junho de 2016.

CARTA MAIOR. **Quem somos**. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/>. Acesso em 30 de junho de 2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000

CORREIA, J. C. Novo Jornalismo: CMC e Esfera Pública. In: CORREIA, J.C., FIDALGO, A., SERRA, P. (Orgs.) **Informação e Comunicação Online**. V. 3. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

ESTEVES, J. P. Internet e Comunicação Política: um novo desafio à democracia. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-12, julho/dezembro 2007.

FÓRUM. **Sobre a revista**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/sobre-a-revista/> Acesso em 30 de junho de 2016.

GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos Sociais no século XXI**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JORNALISTAS LIVRES. **Quem somos**. <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>. Disponível em: Acesso em 30 de junho de 2016.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, V. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 89-94.

_____, V. **Existe Jornalismo Independente?** Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/existe_jornalismo_independente/. Acesso em 08 de

setembro de 2016.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

OLIVEIRA, L. A. Gramsci. In: **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 17-43.

_____. **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PEREIRA FILHO, F. J. B. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

QUEIROGA, E. **Coletivos Fotográficos Contemporâneos**. Curitiba: Appris, 2015.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

PEREIRA FILHO, F. J. B. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

REBOUÇAS, E. A participação da sociedade civil nos debates da comunicação 20 anos pós-Constituição. In: CABALLERO, F.S., et.al. **Políticas de Comunicação e da Cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social**. São Paulo: Casa das Musas, 2010.